Tanques ou pensões?

Portugal não poderá deixar de cumprir os seus compromissos com a NATO e não poderá ficar de fora do programa europeu. Cumprir os compromissos internacionais não é uma escolha, é um imperativo.

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 19 de Março de 2025

O pior cego é aquele que não quer ver. E há mais de uma década que os europeus não querem ver. E não levaram a sério os muitos sinais de alerta. A leste, Putin e a invasão da Geórgia, em 2008; a anexação da Crimeia, em 2014; e a invasão da Ucrânia, em 2022, que, apesar da ajuda, foi tratada mais como um problema ucraniano do que como uma questão de segurança europeia. A ocidente, as ameaças de Trump, dizendo que a NATO está obsoleta, que não se sente vinculado ao Artigo 5.º e que não protege quem não paga. Agora, perante a aproximação dos EUA à Rússia, a Europa compreendeu, finalmente, a dimensão da ameaça e o sentido da urgência.

Ameaçada a leste e abandonada a ocidente, a União Europeia terá de defender-se a si própria e fazer, em poucos anos, o que não fez em décadas. Isto é, construir a sua autonomia estratégica e modernizar a sua capacidade militar. Mas isso implica, para além de consenso político e planeamento estratégico, um enorme esforço financeiro. Ainda por cima, numa conjuntura económica difícil, marcada por inflação, fraco crescimento e altos níveis da dívida em alguns países.

Desde 2014 que os aliados europeus da NATO se comprometeram a atingir 2% do PIB em investimento na defesa. Mas muitos não o fizeram. Desde 2022, houve um esforço significativo, mas em 2025, dos 32 países NATO ainda há oito que não cumprem, entre os quais Portugal. Isto, quando o novo ambiente estratégico já aponta para uma nova meta entre 3 e 3,5%. A Europa está de novo perante o velho dilema: "canhões ou manteiga?" Agora reactualizado sob a nova fórmula: "tanques ou pensões?" Ou seja, despesa militar ou despesa social.

Defesa ou Estado Social. É certo que o incremento do investimento militar, sobretudo a longo prazo, impõe difíceis escolhas políticas, mas o aumento de uma não implica, automaticamente, a diminuição do outro. Quem estudou a história das guerras sabe que os governos têm três instrumentos para as financiar: aumentar impostos; contrair dívida; ou realocar recursos, desviando-os de outras políticas públicas para a defesa. Ora, o que a História nos diz é que a fórmula mais usada não foi realocar recursos, mas sim, aumentar impostos e, sobretudo, contrair dívida.

Hoje, vemos que os países europeus que cumprem essas metas e mais investiram em defesa optaram por diferentes estratégias, mas sem sacrificar o Estado Social. A Polónia, a França e a Alemanha, que chegou a um acordo histórico para desconstitucionalizar os limites da dívida, optaram pela emissão de nova dívida, diferindo para o futuro o fardo orçamental. Os países bálticos, que, pela posição geográfica, têm uma percepção imediata da ameaça e o apoio da opinião pública, optaram pelo aumento de impostos, direccionados e temporários. Os nórdicos e os Países Baixos optaram por realocar recursos, mas sem pôr em causa o seu robusto Estado Social. A Suécia propôs, mesmo, um imposto temporário sobre os lucros da banca. Longe da ameaça e protegida pela geografia, a Europa do Sul está mais atrasada.

A UE, face à urgência da questão, anunciou um programa de financiamento – ReArm Europe – em cinco pontos: a flexibilização do pacto de estabilidade para permitir aos Estados-membros endividarem-se sem entrar em défice excessivo, prevendo que acrescentem 1,5 do PIB aos seus gastos em defesa; a emissão de obrigações europeias; a alocação dos fundos de coesão à área da defesa; e o incentivo ao investimento privado e ao BEI, para investir e apoiar o sector da defesa. Os Estados europeus têm seguido estratégias distintas, combinado de modo diferente os três instrumentos de financiamento, mas sempre, e todos, sem sacrificar o Estado Social. E a emissão de dívida conjunta da UE poderá não só permitir economias de escala e diminuição de custos, no plano financeiro, como favorecer, no plano militar, compras conjuntas, harmonização de equipamentos, optimização de recursos e mais interoperabilidade e eficiência do produto operacional.

Enquanto este debate atravessa a Europa, em Portugal é inexistente. Ora, sabendo que Portugal gasta 1,5% do PIB em defesa e que o plano europeu prevê um aumento 1,5%, Portugal deverá atingir a meta dos 3%. Aliado credível, Portugal não poderá deixar de cumprir os seus compromissos com a NATO e não poderá ficar de fora do programa europeu. Cumprir os compromissos internacionais não é uma escolha, é um imperativo. Como o vai Portugal cumpri-los, sim, é uma escolha política. Vai afectar a vida dos portugueses e os portugueses têm direito a saber como. As próximas eleições não podem fugir a este debate.

https://www.publico.pt/2025/03/18/opiniao/opiniao/tanques-pensoes-2126453